

Cotação

- Dólar: R\$ 5,75
- Euro: R\$ 6,20



COMUNICAÇÃO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Sexta-Feira • 28 de Março 2025

CLIPPING

Efemérides

Hoje	29 de Março
<ul style="list-style-type: none">• Dia do Diagramador• Dia do Revisor	<ul style="list-style-type: none">• Primeiro voo no Rio de Janeiro de um balão dirigível, Le Victoria (1882)

Agenda do Prefeito

Hoje	29 de Março
<ul style="list-style-type: none">• Sem Agenda	<ul style="list-style-type: none">• Sem Agenda

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • Radar Litoral • Fala Caragua
• Diário Caiçara • Noticias das Praias • Jornal do Litoral • Ubatuba Times •
Notícias do Litoral Norte

Índice

Política.....	3
O Estado de São Paulo.....	3
O Estado de São Paulo.....	4
O Estado de São Paulo.....	5
Folha de São Paulo.....	6
Folha de São Paulo.....	6
Folha de São Paulo.....	8
Folha de São Paulo.....	9
Prefeitura veta projeto de lei que altera nome da Guarda Civil para Polícia Municipal em Caraguatatuba.....	10
Caraguatatuba avança na renegociação de restos a pagar e antecipa salário dos servidores Com o objetivo de equilibrar as contas públicas e garantir a continuidade dos serviços essenciais.....	11
Cotidiano.....	12
Folha de São Paulo.....	12
Folha de São Paulo.....	13
Folha de São Paulo.....	14
Presidente do Fundo Social de Caraguatatuba visita Casa Beija-Flor no Jardim Gaivotas e Barranco Alto.....	15
“Projeto Laços” orienta e divulga serviços de suporte à mulher em Caraguatatuba.....	16
Projeto Bombeiro na Escola forma alunos da EMEF Prof.º Euclides Ferreira.....	17
Caraguatatuba recebe prêmio de Excelência Educacional por avanços na alfabetização..	18
Conselho de Saneamento de Caraguatatuba elege representantes nesta sexta-feira....	19
Secretaria de Serviços Públicos executa trabalhos de zeladoria em diversos bairros de Caraguatatuba.....	20
Esporte e Turismo.....	21
Caraguatatuba abre inscrições para torneio ‘Aniversário da Cidade’ e Campeonato Amador de Futebol.....	21
Caraguatatuba recebe 40ª edição dos Jogos Abertos da Juventude sub-18.....	22
Clipping Eletrônico.....	23
Entrevista com a Proponente de Projeto PNAB, para a TV Câmara.....	23

Política

O Estado de São Paulo

Para juristas, crimes de menor gravidade podem ser peça-chave contra Bolsonaro

— Criminalistas apontam que a inclusão na denúncia da PGR de acusações por dano ao patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado tem função estratégica

HUGO HENUD

Ao aceitar a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) tornou réu o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por cinco crimes, entre eles dano qualificado ao patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado. Embora sejam tipificações de menor gravidade, criminalistas ouvidos pelo **Estado** apontam que esses delitos cumprem função estratégica na peça acusatória apresentada pelo chefe do Ministério Público Federal, Paulo Gonet.

Tipificações Gonet incluiu dois crimes na denúncia não apontados pela PF que tendem a ser cruciais em julgamento

De acordo com os especialistas, eles reforçam a responsabilização de Bolsonaro no 8 de Janeiro e ajudam a sustentar os crimes mais graves, como tentativa de golpe de Estado e abolição violenta do estado democrático de direito, pelos quais o ex-presidente da República também responde.

Os crimes de dano qualificado ao patrimônio da União, que consiste em causar prejuízo a bens públicos, e de deterioração de patrimônio tombado, que se refere à destruição ou

danificação de bens protegidos por seu valor histórico ou cultural, não foram incluídos pela Polícia Federal no relatório que embasou a denúncia de Gonet. Em novembro do ano passado, a corporação imputou ao ex-presidente os crimes de tentativa de golpe de Estado, tentativa de abolição do estado democrático de direito e organização criminosa.

'VINCULAÇÃO'. Para o criminalista e coordenador da graduação em Direito da ESPM-SP, Marcelo Crespo, a inclusão desses dois tipos penais na denúncia faz parte de uma estratégia para vincular Bolsonaro aos eventos do dia 8 de janeiro de 2023, mesmo ele estando nos Estados Unidos à época e sem participação direta nos atos de destruição.

O jurista afirmou que o principal desafio da acusação é estabelecer um nexo entre os discursos do ex-presidente e a mobilização que culminaram nos atos. O enquadramento nesses crimes, em sua avaliação, serve justamente para suprir esse elo e dar sustentação jurídica à tese de que Bolsonaro incentivou e ajudou a criar o ambiente que levou à violência na Praça dos Três Poderes. "Esses crimes podem ter passado despercebidos por serem menos graves em comparação com os demais, mas ambos desempenham um papel muito importante no andamento da ação penal e na responsabiliza-



Para aliados do ex-presidente, ele tem demonstrado receio de ação

Aliados apontam receio do ex-presidente com ação penal

Integrantes do PL e aliados de Jair Bolsonaro veem nas últimas atitudes do ex-presidente um político com receio do processo do qual é alvo no Supremo Tribunal Federal (STF) por participar de uma organização criminosa que tentou dar um golpe de Estado no País.

Para além do discurso público de que Bolsonaro é alvo de uma perseguição por parte do Judiciário, especialmente pelo ministro da Corte Alexandre de Moraes, algumas

atitudes do ex-presidente chamaram atenção de alguns integrantes de seu partido. A principal delas é a insistência em manter sua candidatura à Presidência no ano que vem. Eles admitem, reservadamente, que dificilmente Bolsonaro será inocentado ao fim do processo no STF.

Bolsonaro tem evitado ao máximo falar sobre a possibilidade de não ser candidato na eleição de 2026. Independentemente do processo no STF, o ex-presidente está ineligiível por condenação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por abuso de poder político na campanha de 2022. ● GABRIEL HIRABAHAS

ção de Bolsonaro."

Ao utilizar esses dois tipos penais, avaliou Crespo, a PGR também consegue estabelecer, de forma objetiva, o elemento da violência e da grave ameaça, requisitos fundamentais para a configuração dos crimes indicados na denúncia.

"Para enquadrar Bolsonaro nesses crimes mais graves, a PGR precisa demonstrar a presença real e material da violência. Sem isso, a denúncia poderia enfrentar dificuldades técnicas para comprovar o nexo causal entre a conduta do ex-presidente e os atos."

'FUNDAMENTAIS'. Para o criminalista David Metzker, esses crimes funcionam como uma base de sustentação na estratégia da PGR. "São provas visuais, laudos e registros públicos, o que contribui para formar uma base fática robusta. Esses delitos ajudam a estabelecer um elemento central para a configuração de crimes mais graves", afirmou.

O criminalista Renato Vieira destacou que a decisão da Procuradoria de incluir os crimes de dano qualificado ao patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado, e o recebimento dessas acusações pelo Supremo revelam uma estratégia clara.

"Mesmo não sendo os crimes mais graves pelos quais Bolsonaro responde, eles são fundamentais para o desfecho da ação penal", declarou. ●

O Estado de São Paulo

Ação penal do golpe

Com posições divergentes, Fux se torna 'revisor informal' de Moraes

STF extinguiu função em processos penais, mas ministro deve disputar com relator os procedimentos da ação contra Bolsonaro

WESLEY GALZO
BRASÍLIA

O julgamento na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) que tomou réus o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outras sete pessoas por tentativa de golpe de Estado expôs um conflito latente entre o ministro Alexandre de Moraes, relator do processo, e o ministro Luiz Fux. Os dois indicaram ter posicionamentos diferentes sobre procedimentos que devem orientar a análise dos casos.

Com o inquérito do golpe convertido em ação penal, Fux sinalizou que deve atuar como uma espécie de "revisor infor-

mal" da relatoria de Moraes por meio do acompanhamento de depoimentos e da disputa da dosimetria das penas que eventualmente venham a ser propostas pelo magistrado.

A figura do revisor ficou nacionalmente conhecida durante o julgamento do mensalão. Quando o caso começou a ser julgado, em 2012, o relator do processo, Joaquim Barbosa, de perfil punitivista, tinha como revisor das suas ações o ministro Ricardo Lewandowski, atual ministro da Justiça do governo Lula, cujo perfil é garantista – ou, em outras palavras, defensor de penas mais brandas para os condenados.

Os embates entre Barbosa e Lewandowski marcaram a relação entre relator e revisor no julgamento de ações penais no STF. Durante a análise de recursos apresentados pelos condenados do mensalão, Barbosa acusou o colega de fazer "chicana", que no jargão jurídico significa dificultar o anda-

mento do processo.

O papel do revisor está descrito no Regimento Interno do STF. Cabe ao ministro que o exerce sugerir medidas que tenham sido omitidas e confirmar, completar ou retificar o relatório apresentado pelo ministro titular da ação.

"Ou estamos julgando pessoas que não têm foro no Supremo, ou estamos julgando pessoas que têm essa prerrogativa, e o local correto seria o plenário do STF"

Luiz Fux

Ministro do STF, ao divergir de Alexandre de Moraes

Em dezembro de 2023, porém, a Corte aprovou emenda regimental que extinguiu a figura do revisor em processos penais. Os ministros avaliaram que o revisor atrapalhava a celeridade do processo. A ex-

tinção da figura do revisor foi decidida no mesmo julgamento que levou as ações penais para as turmas da Corte.

Pelo regimento do STF, caberia ao ministro Flávio Dino ser o revisor das ações sobre a organização criminosa que teria tentado um golpe. Na ausência dessa figura, Fux tomou para si o papel de contestar procedimentos e indicou que deve acompanhar a atuação do colega relator.

Durante a análise das questões preliminares, antecorrem, Fux foi o único ministro a divergir do posicionamento de Moraes a favor do julgamento de Bolsonaro e dos demais denunciados na Primeira Turma em vez do plenário do STF.

"Ou estamos julgando pessoas que não exercem mais função pública, e não têm foro no Supremo, ou estamos julgando pessoas que têm essa prerrogativa, e o local correto seria efetivamente o plenário do STF", argumentou Fux.

Numa demonstração de descontentamento com os argumentos de Moraes, o ministro afirmou que "a matéria (do local em que os réus deveriam ser julgados) não é tão pacífica assim", como o colega sugeriu.

Em outro momento do julgamento, Fux apontou problemas na delação premiada do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid, firmada pela PF, com autorização de Moraes.

DOSIMETRIA. Em mais um movimento como "revisor" das medidas idealizadas por Moraes, Fux demonstrou preocupação com a dosimetria das penas impostas aos condenados pelos ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023 e se manifestou a favor da modificação de algumas condenações.

Para Matheus Falivene, doutor em Processo Penal pela Universidade de São Paulo (USP), não há impeditivos legais para que Fux exerça funções que antes eram conferidas ao revisor, como apontar omissões e ser mais atuante no acompanhamento do processo. O especialista avaliou que, pelos elementos demonstrados durante o julgamento do recebimento da denúncia, o ministro já passou a exercer esse papel. ●

O Estado de São Paulo

Ataque à democracia

STF já condenou mais de 500 réus pelo 8 de Janeiro

O Supremo Tribunal Federal (STF) condenou até agora 503 envolvidos no 8 de Janeiro. As sentenças atingem incitadores,

executores e financiadores da invasão às sedes dos três Poderes, em Brasília, e resultam de 1,586 ações penais abertas desde o início das investigações, segundo dados da Corte atualizados ontem.

Desse total, 487 ações são

de crimes graves, como golpe de Estado e abolição violenta do estado democrático de direito, enquanto 1.099 processos envolvem crimes considerados simples, como incitação ao crime e associação criminosa. O Supremo também conta

biliza oito absolvições.

Ao todo, 55 pessoas seguem presas provisoriamente, 84 cumprem pena definitiva e cinco estão em prisão domiciliar, conforme informações do painel oficial do Supremo. ● ADRIANA VETORINO

Folha de São Paulo

Tamanho de penas e crime duplicado devem marcar divergências no processo de Bolsonaro

Questões pinçadas por Fux na análise da denúncia podem voltar a aparecer quando STF julgar ação penal

Arthur Guimarães de Oliveira

SÃO PAULO O cálculo das penas e o enquadramento legal do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros acusados de participação em trama golpista devem motivar divergências no julgamento da ação penal contra eles no STF (Supremo Tribunal Federal).

A Primeira Turma concluiu na tarde da última quarta-feira (26) a análise da denúncia oferecida pela PGR (Procuradoria-Geral da República) contra o denominado núcleo central do grupo suspeito de planejar um golpe de Estado em 2022.

Advogados ouvidos pela Folha dizem que, agora, superadas as questões preliminares de ordem processual, outros debates devem surgir, como sobre a tipificação penal e a dosimetria da pena, já levantados por Fux.

Apesar da decisão unânime pelo recebimento da denúncia, o ministro manifestou preocupações a respeito da sobreposição de crimes —no caso, o de abolição violenta do Estado democrático de Direito e o de golpe de Estado.

O primeiro tem pena prevista de 4 a 8 anos de prisão, o segundo, de 4 a 12. Fux deu a entender que poderia se opor à aplicação cumulativa das duas penas.

“É possível que, no curso da instrução, se chegue à conclusão de que há, na verdade, um conflito aparente e que se possa encaixar em um determinado tipo que seja mais abrangente que o outro”, disse ele no julgamento desta quarta.

No direito, a absorção de um tipo penal sobre outro acontece quando há mais de uma conduta criminosa, sendo que, para o cometimento de uma, outra seria necessária. Um exemplo clássico é o de homicídio, que incorpora o crime de lesão corporal. O criminalista Sérgio Rosenthal afirma que, neste estágio do julgamento, apenas se analisou o recebimento da denúncia, sem se discutir o mérito da acusação. Embora debatida neste contexto, a questão pode aparecer mais adiante.

“Até porque o acusado se defende da descrição dos fatos, e não da tipificação que é feita na denúncia”, afirma.

A discussão sobre a absorção de um crime pelo outro não é nova. O ministro André Mendonça a trouxe em setembro de 2023, quando o Supremo começou a julgar os réus pelos ataques de 8 de janeiro. Luis Roberto Barroso fez o mesmo.

Então, Mendonça votou para não condenar o réu por golpe de Estado por considerar que o delito de abolição violenta do Estado democrático de Direito o absorveria. Barroso defendeu a condenação só por golpe de Estado. Foram votos vencidos.

Entenda o julgamento de Bolsonaro no STF

O que será julgado

Depois de decidir pela admissibilidade de denúncia sobre a trama golpista, a Primeira Turma do STF analisará, diante de coleta de provas e novos interrogatórios, se o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros sete réus, acusados de integrar o núcleo central de um plano para um golpe de Estado, serão condenados ou absolvidos

Crimes pelos quais são acusados

- Organização criminosa armada
- Tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito
- Golpe de Estado
- Dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio público
- Deterioração de patrimônio tombado

Quem vai julgar



Rito do processo

- **Colaboração premiada**
STF homologa delação de Mauro Cid com a Polícia Federal em 9.set.2023
- **Indiciamento**
PF indiciou Bolsonaro e mais 36 pessoas pela articulação por um golpe de Estado em 21.nov.2024
- **Manifestação da Procuradoria**
PGR denuncia Bolsonaro e outras 33 pessoas pela trama golpista em 18.fev.2025
- **Análise da denúncia**
A Primeira Turma do Supremo decidiu em 26.mar.2025 receber a denúncia contra Bolsonaro e outros 7 acusados, tornando-os réus da ação penal

“Aqui está um fio de esperança para a defesa, de que pode ter uma divergência”

Maira Salomi vice-presidente da comissão de direito penal do IASP

“Essa discussão jurídica de sobreposição, ou não, dos tipos penais pode aparecer [no julgamento da ação penal]”, diz Flávia Rahal, professora da FGV Direito SP. “Certamente haverá provocação nesse sentido.”

Segundo a criminalista, mesmo que o Supremo já tenha tratado do tema em julgamento anterior, cada ação penal pressupõe que as defesas possam novamente trazer à tona questões jurídicas que

Quem vai ser julgado

- Alexandre Ramagem, ex-chefe da Abin e deputado federal
- Almir Garnier, ex-comandante da Marinha
- Anderson Torres, ex-ministro da Justiça
- Augusto Heleno, ex-chefe do GSI
- Jair Bolsonaro, ex-presidente da República
- Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência da República
- Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa
- Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil e da Defesa

Próximos passos

- A partir de agora, os réus podem apresentar provas de sua inocência e indicar testemunhas para depoimentos
- O julgamento do mérito deve ocorrer no segundo semestre
- Se condenados, penas previstas podem chegar a 43 anos de prisão, sem contar os agravantes

Infografia Luciano Veronezi e Tatiana Harada

ministro Fux, que pediu vista do caso da mulher que pichou com batom a estátua “A Justiça” nos ataques de 8 de janeiro.

“Confesso que em determinadas ocasiões eu me deparo com uma pena exacerbada”, afirmou Fux no julgamento do recebimento da denúncia.

“Pedi vista do caso, porque eu quero analisar o contexto em que essa senhora se encontrava”, completou.

Após o processo, a cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, 39, é acusada de associação criminosa armada, abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

Débora, que morava em Paulínia, no interior de São Paulo, afirmou em depoimento que não invadiu nenhum prédio durante os ataques e que “o calor da situação” fez com que ela agisse sem pleno domínio de suas faculdades mentais. O caso dela ganhou repercussão nas redes sociais.

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e os demais réus do núcleo central respondem por abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado, organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

Além do ex-presidente, estão no grupo Alexandre Ramagem (deputado federal e ex-chefe da Abin), Almir Garnier (ex-comandante da Marinha), Anderson Torres (ex-ministro da Justiça), Augusto Heleno (ex-ministro do GSI), Jair Bolsonaro (ex-presidente da República), Mauro Cid (ex-ajudante de ordens de Bolsonaro), Paulo Sérgio Nogueira (ex-ministro da Defesa) e Walter Braga Netto (ex-ministro da Casa Civil e da Defesa).

Segundo Maira Salomi, vice-presidente da comissão de direito penal do IASP (Instituto dos Advogados de São Paulo), a preocupação é de responsabilização penal, que conta no sistema jurídico brasileiro com o princípio da responsabilidade subjetiva.

“Ou seja, você tem que avaliar o que a pessoa fez, qual a medida da culpabilidade dela, a medida da participação dela, para poder decidir sobre a culpa que ela tem, a responsabilização criminal”, diz a advogada.

“Aqui está um fio de esperança para a defesa, de que pode ter uma divergência no futuro quando do julgamento final do processo, mas são todas questões que devem mesmo ser analisadas ao final da instrução processual.”

Com o recebimento da denúncia, começa a instrução, com a oitiva das testemunhas de acusação, depois a fase de defesa e o interrogatório dos réus. Depois, acusação e defesa apresentam as alegações escritas e então é marcada a data do julgamento.

Folha de São Paulo



Bolsonaro acompanhado de Zema e Tarcísio durante a campanha eleitoral de 2022. Zanon Fraissat - 21.nov.22/Folhapress

Governadores aliados saem em defesa de Bolsonaro após decisão do Supremo

Zema elogia ex-presidente e Tarcísio o chama de 'principal liderança política do Brasil'

SALVADOR, BELO HORIZONTE E SÃO PAULO Governadores aliados a Jair Bolsonaro (PL) saíram em defesa do ex-presidente após a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que o tornou réu em processo sobre a trama golpista após a eleição de 2022.

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), afirmou nesta quinta-feira (27) em rede social que o "maior líder da oposição ao governo do PT é Jair Bolsonaro".

"Espero que a Justiça seja feita e que ele recupere seus direitos políticos", escreveu o governador.

No mesmo horário da postagem, o governador estava no velório do prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman (PSD), que morreu na quarta-feira (26) após ter sido internado com insuficiência respiratória aguda. Zema ficou no local por pouco tempo e saiu de lá sem falar com os jornalistas.

Em seu segundo mandato como governador, Zema trabalha para se viabilizar como candidato a Presidência em 2026, caso seja mantida a inelegibilidade de Bolsonaro, e tem feito acenos ao ex-presidente.

Nas últimas semanas, o governador mineiro também tem intensificado às críticas ao presidente Lula. No início do mês, presidente e governador se encontraram em uma solenidade em Betim (MG), marcada por um embate público entre os dois,

REU POR S/1, LÉO ÍNDIO DIZ ESTAR NA ARGENTINA

Réu pelos ataques de 8 de janeiro e com o passaporte apreendido, Léo Índio anunciou na quarta (26) estar na Argentina.

A defesa do primo dos três filhos mais velhos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) foi intimada pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, a dar explicações.

Ele saiu do Brasil nos últimos dias. Países do Mercosul só exigem documento de identidade de brasileiros para cruzar a fronteira.

Em vídeo divulgado na quarta, ele aparece ao lado de um corretor, Gilberto Ackerman, condenado pelo STF e foragido desde abril de 2024.

A ordem de Moraes não proíbe expressamente réu de sair do país, e não há mandado de prisão contra ele. Um juiz consultado pelo UOL, porém, entende que a proibição estava implícita quando o passaporte foi apreendido.

com cobranças e provocações.

Zema tem adotado uma postura de equilibrista em relação a Bolsonaro. De um lado, ele procura evitar se associar às franjas mais radicais do bolsonarismo para não queimar pontes com o eleitorado e possíveis aliados de centro-direita, mas tem feito acenos ao ex-presidente.

Apesar dos afagos, o governador mineiro não participou do ato em apoio à anistia do ex-presidente, realizado em 15 de março em Copacabana, no Rio de Janeiro.

Aliados apontam, entretanto, que ele avalia comparecer à manifestação convocada por Bolsonaro para o próximo dia 6 de abril na avenida Paulista.

Assim como o Zema, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), também é um nome cotado como presidenciável no próximo ano, se mantida a inelegibilidade de Bolsonaro.

Na quarta-feira, Tarcísio afirmou, após tomar conhecimento do resultado do julgamento do STF, que Bolsonaro "é a principal liderança política do Brasil, e assim seguirá".

"Sabemos que esse não é o primeiro e não será o último desafio a ser enfrentado, mas sabemos também que a verdade prevalecerá e sua inocência será comprovada", escreveu Tarcísio em rede social.

Já outro governador do campo da direita, Ronaldo Caiado

(União Brasil), de Goiás, foi mais moderado ao comentar o assunto durante entrevista ao portal Metrôpoles.

Caiado negou a existência de uma ditadura do Judiciário no Brasil, pautou constante entre o bolsonarismo, e avaliou que o ex-presidente terá um julgamento transparente no STF. Para ele, Bolsonaro não está fora de 2026 apesar de inelegível, e citou o caso de Lula, que esteve preso após condenação na Operação Lava Jato e acabou se elegendo após anulação das condenações na Justiça, em 2022, contra o próprio Bolsonaro.

O governador goiano pretende lançar sua pré-candidatura a presidente durante um evento em Salvador marcado para o próximo dia 4 de abril.

Outro que manifestou apoio a Bolsonaro é Jorginho Mello (PL), governador de Santa Catarina, que disse não haver nenhuma ação ou fala de Bolsonaro contrária ao processo democrático e que o ex-chefe do Executivo "merece estar nas urnas em 2026".

Ele participou de evento na quarta, ao lado de um dos filhos de Bolsonaro, que é vereador em Balneário Camboriú pelo PL, e chamou o aliado de "o melhor presidente que esse país já teve".

"Vou fazer das tripas coração para que ele volte a ser presidente do Brasil no ano que vem", disse o governador.

João Pedro Pitombo, Artur Búrigo, Juliana Arreguy e Matheus Tupina

Folha de São Paulo

Derrite envia emenda à própria secretaria para criar batalhão em reduto eleitoral

Secretário da Segurança de Tarcísio é cotado para concorrer a senador ou governador de São Paulo nas próximas eleições



O secretário da Segurança Pública de SP, Guilherme Derrite. Danilo Verpa - 15 out. 24/Folhapress

Júlia Barbon

SÃO PAULO O secretário da Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, enviou emendas parlamentares federais à própria pasta que comanda para construir um batalhão da Polícia Militar e reformar um núcleo de perícia em seu reduto eleitoral, Sorocaba, no interior paulista.

O secretário do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) é cotado para concorrer a senador ou até à chefia da gestão estadual nas eleições de 2026, caso o Tarcísio decida disputar a Presidência.

De olho na corrida, Derrite acertou recentemente sua troca do PL pelo PP — ele não confirma

a mudança oficialmente, mas, segundo a cúpula do PP, o anúncio só não foi feito ainda por questão estratégica.

Capitão da reserva da PM, Derrite se elegeu deputado federal em 2018 e foi reeleito em 2022, licenciando-se do cargo em seguida para comandar a Secretaria da Segurança. Nesse meio tempo, em 2023, destinou R\$ 6,5 milhões a dois projetos da própria pasta, conforme mostra a plataforma federal Transferegov.br.

Deputados podem pedir licença e reassumir o cargo temporariamente, como ele fez no ano passado para relatar na Câmara um projeto que proibia as “saídas” de presos.

R\$ 6,5 milhões

é o valor destinado por Derrite à pasta comandada por ele mesmo em 2023. A maior parte da cifra (R\$ 5,7 milhões) foi para a construção de um batalhão da PM em Sorocaba, sua cidade natal

A maior parte da emenda destinada por ele (R\$ 5,7 milhões) foi para a construção de um batalhão da Polícia Militar em Sorocaba, cujas obras estão previstas para começar em maio e terminar em agosto de 2026, a dois meses das eleições.

O restante (R\$ 794 mil) foi para a contratação de projeto para a reforma da nova sede do Núcleo de Perícias Criminológicas e do Núcleo de Perícias Médico-Legais do município. Ambas as ações foram anunciadas como iniciativas da secretaria da gestão Tarcísio, sem menção às emendas.

Procurada, a pasta confirmou que reservou a maior parte do dinheiro para a criação do batalhão, disse que “o processo está em andamento” e que já contratou a reforma dos núcleos periciais, a cargo da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de SP).

O órgão não se manifestou, porém, sobre o envio de emendas pelo próprio secretário nem sobre o eventual uso eleitoral dessa verba. A reportagem perguntou ainda por que a utilização do recurso federal não foi divulgada e qual foi a empresa contratada para a obra do batalhão, mas o governo não respondeu.

Segundo Bruno Morassutti, diretor de advocacy da ONG Fiquem Sabendo, especializada no acesso a informações públicas, e colunista da *Folha*, não há regra que proíba a destinação de emendas a um órgão comandado pelo parlamentar. “Mas não é assim que o Orçamento foi feito para funcionar.”

Ele diz que há práticas parciais entre ministros, que procuram deputados para que destinem recursos a mistérios. “Esse é o problema das emendas. Elas não têm uma coerência, não são baseadas em dados. É o parlamentar quem decide e ponto, ganha o orçamento quem tem mais poder e influência.”

O advogado diz que o fato de o governo estadual não divulgar o uso de emendas federais fere o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina “liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira”.

A verba de Derrite foi empenhada (liberada para pagamento) pela União em julho de 2023.

Três semanas depois, ele anunciou pela primeira vez a construção do batalhão, em entrevista à TV Tem, afiliada da TV Globo no interior paulista com sede em Sorocaba.

“Vamos criar, até o final da nova gestão [de Tarcísio], um novo batalhão territorial da Polícia Militar aqui em Sorocaba. Além do sétimo batalhão, teremos uma outra unidade, aumentando ou quase dobrando o efetivo policial”, declarou, sem citar as emendas.

O dinheiro foi repassado ao governo estadual um mês depois. Como é uma emenda individual — na modalidade “emenda Pix” —, é de pagamento obrigatório pelo governo Lula (PT), que fez a análise da verba apenas neste ano, após determinações do STF (Supremo Tribunal Federal).

Em janeiro, Derrite voltou a falar sobre o assunto, anunciando que a Secretaria Estadual de Educação cedeu o terreno para a construção do batalhão e que haverá um incremento de 400 policiais na unidade, em entrevista à rádio local Cruzeiro FM.

No mesmo dia, a secretaria publicou nota anunciando “cerca de R\$ 6 milhões para a construção de um novo batalhão”, o que “representa mais um investimento do governo estadual para aumentar a sensação de segurança da população” — novamente sem citar o uso de emendas.

Sorocaba é cidade natal e berço político de Derrite. Foi onde ele recebeu o maior número de votos em 2018 (4.865) e em 2022 (29.135), sem contar a capital.

No ano passado, a Secretaria da Segurança Pública fez duas licitações para a reforma de outra unidade da PM na cidade. A vencedora foi a empresa Alphav Condições e Comércio, que não funciona no endereço cadastrado, segundo reportagem do portal Metrôpolises de fevereiro.

Os contratos foram firmados pelo Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), órgão turbinado por Derrite com verbas e chefiado pelo ex-PM e cientista político João Henrique Martins, seu amigo.

O secretário também marcou presença nas eleições municipais de Sorocaba no ano passado, apoiando o deputado estadual Danilo Balas (PL), que perdeu a disputa para o prefeito reeleito Rodrigo Manga (Republicanos).

Folha de São Paulo

Governo Lula indica Guido Mantega para conselho fiscal da Eletrobras

Maurício Tolmasquim, da Petrobras, e os também ex-ministros Silas Rondeau e Nelson Hubner, da ENBPar, foram indicados para conselho de administração

Alexa Salomão

SÃO PAULO O governo Lula encaminhou à Eletrobras nesta quinta-feira (27) suas indicações para conselhos da companhia. Na lista estão ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, para ocupar uma cadeira no conselho fiscal da companhia.

Em 2024, o presidente Lula tentou emplacar Mantega como diretor-presidente da Vale.

Para vagas no conselho de administração da Eletrobras foram apresentados os nomes de Maurício Tolmasquim, diretor de transição energética da Petrobras, e dos ex-ministros Silas Rondeau e Nelson Hubner, respectivamente presidente e integrante do conselho da ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional). O governo ainda indicou o secretário de Apostas do Ministério da Fazenda, Regis Duderá, como suplente de Mantega no conselho fiscal.

As informações foram antecipadas pela Agência Infra e confirmadas pela Folha.

Os nomes foram definidos um dia após União e Eletrobras assinarem o acordo que busca colocar fim à discussão sobre a participação do poder público federal na companhia privatizada. Por esse acordo, a União ganha mais dois assentos no conselho de administração, totalizando 3 de 10 cadeiras, e uma das cinco cadeiras do conselho fiscal.

Segundo a Folha apurou, causou surpresa em quem acompanhou as negociações entre União e Eletrobras as indicações de Hubner, Rondeau e Tolmasquim, que se posicionaram contra o acordo. Hubner e Tolmasquim trabalharam contra a privatização da Eletrobras. Os nomes foram escolhidos em reuniões entre a Casa Civil e o presidente Lula.

As vagas do governo são cativeiras, mas tanto o acordo quanto os nomes indicados precisam passar por assembleias de acionistas. Os termos da conciliação serão avaliados numa assembleia extraordinária, mar-



O ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, em 2024, Lula tentou, sem sucesso, emplacá-lo na Vale. Ueslei Marcelino - A. de 14/Reuters

cada para 29 de abril. A escolha do conselho de administração, e os nomes indicados pelo governo, depende de assembleia ordinária, que será feita na sequência.

O acordo ainda deve ser homologado pelo STF. A União, por meio da AGU (Advocacia-Geral da União), ingressou no STF em maio de 2023 questionando a disparidade entre sua participação acionária, que chega a 43% das ações, e o poder de voto, que pelo definido no estatuto após a privatização impede que qualquer acionista exerça votos em número superior a 10% do capital votante.

A Eletrobras cedeu cadeiras nos conselhos, mas preservou a limitação definida no estatuto. Pelo acordo, ela se livrou da obrigação de investir na usina nuclear de Angra 3, caso o governo prossiga com o projeto. Mas mantém garantias de R\$ 6,1 bilhões já dadas a financiamentos para o projeto.

AGÊNCIAS REGULADORAS

Damares pede explicações sobre conflito de interesses de indicado à ANM

Pedro Lovisi

SÃO PAULO A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) protocolou na quarta (26) requerimento pedindo explicações ao governo federal sobre a indicação de José Fernando de Mendonça Gomes à diretoria da ANM (Agência Nacional de Mineração). Como a Folha noticiou, Gomes enviou documento ao Senado, dizendo não ter parentes que exercem atividades vinculadas à sua atividade. Ele, porém, é pai e marido de consultores de mineradoras com processos na agência.

O filho de Gomes, Caio Brilhante Gomes, é consultor jurídico da Aura Minerals e responsável por contatar agências públicas — até a ANM. Já a mulher, Poliana Bentes, tem empresa de consultoria e um dos clientes é a mineradora Bemisa, que tem 333 processos ativos na ANM. O requerimento será entregue a relator escolhido pela presidência do Senado, que tem interesse na ANM.

Sindicato dos Empregados Rurais de Igarapava
 Sindicato Sindicalista - Aviso

Em cumprimento ao disposto no Estatuto Social, comunico que foi registrada a seguinte ata, como consequente às eleições sindicais a que se refere o **Aviso Resumido** publicado no dia 19 de março de 2025 no jornal Folha de São Paulo, às páginas A25, que se instalou no dia 22 de abril de 2025 no horário das 08h00 às 19h00 (sessão normal), **Casa Única - Diretoria Eletiva**: Presidente: Lucas Pereira Silva; Secretário: Seneas Luiz Rodrigues; Tesoureiro: Reginaldo das Graças; **Diretoria Suplente**: Estivaldo dos Reis, Luiz Marcos Barboza e José Francisco Azeiteiro Santos; **Conselho Fiscal Eletivo**: Antônio Carlos da Conceição Gomes, José Brás e Nelson Roberto de Oliveira; **Conselho Fiscal Suplente**: Carlos da Luz Silva, Salafiel Martins Paçolano e José Carlos de Souza; **Delegado Representante Eletivo**: Lucas Pereira Silva e Fernando Luiz Rodrigues; **Delegado Representante Suplente**: Rogério das Graças e Fernando dos Reis. Nos termos do Estatuto Social, o prazo para impugnação de candidaturas é de 05 (cinco) dias, a contar da publicação deste Aviso. Igarapava-SP, 28 de março de 2025. **Lucas Pereira Silva** - Presidente.

auren AUREN ENERGIA S.A.
 Companhia Fechada

CNPJ nº 28.424.234/0001-21 - NIRE 16.100.508.271 - Tabela FVM: 26670

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 24/02/2025

Realizada no dia 24/02/2025, às 18:40h, na sede social, com a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa**: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. João Henrique Batista de Souza Schmidt e secretariados pelo Sr. Carlos Curci Neto. **Deliberações**: Após a discussão e manifestações dos membros do Conselho de Administração da Companhia presentes, deliberaram, por unanimidade, o quanto segue: **1.** Examinaram as Demonstrações Financeiras, as contas dos administradores e o Relatório da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2024, manifestando-se favoravelmente a serem submetidas ao exame, discussão e votação da assembleia geral ordinária da Companhia, conforme cópias que ficam arquivadas na sede da Companhia. **1.a.** Consignar que, nos termos e prazos da legislação e regulamentação aplicáveis, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração relativos ao exercício de 2024 serão oportunamente divulgados. **1.b.** Autorizar os diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para efetivar as deliberações anteriores. Nada mais, São Paulo, 24/02/2025. **Mesa**: João Henrique Batista de Souza Schmidt - Presidente, Carlos Curci Neto - Secretário.

AVISO DE LICITAÇÃO
USAG - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Modalidade: Pregão Eletrônico n.º 13/2025. N.º Processo: 006.001.127.175-2025-02. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, para o período de 01/05/2025 a 31/08/2025. Total de Itens Licitados: 29 (vinte e nove). Valor total da licitação: sigiloso. Disponibilidade do edital: 26/03/2025. Horário: das 08h00 às 19h00. Endereço: Rodovia Anápolis-Buenos Aires, KM 146, Conjunto Residencial Ruseo, Fátima, Transmão/SP. Link do PNEP: <https://pncp.gov.br/app/criar?pagina=1>. Entrega das Propostas: a partir de 26/03/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 10/04/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOCSF e PNEP.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025
Processo Administrativo Nº 10.140/2024

Objeto: Aquisição de materiais de consumo para atender às necessidades do Complexo Municipal de Saúde (bens fracionados Pregão Eletrônico nº 04/2024), conforme condições estabelecidas no Edital.

Data de Disponibilização do Edital e Início do Prazo para Envio da Proposta Eletrônica: 25/04/2025 às 09h00.

Data do Fim do Prazo para Envio da Proposta Eletrônica: 15/04/2025 às 08h00.

Data e Hora de Abertura para Sessão Pública: 15/04/2025 às 09h00.

Todos os horários mencionados obedecerão ao horário oficial de Brasília - DF.

Endereço Eletrônico: www.bli.org.br

Edital Disponível Também em: www.cajamar.sp.gov.br

Cajamar, 27 de março de 2025
 Daniel Gonçalves de Freitas Paulino
 Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025
Processo Administrativo Nº 14.776/2023

Objeto: Registro de preços para o serviço de fornecimento e instalação de ventiladores de parede acionados as unidades Escolares de Ensino Infantil e Fundamental da Rede Municipal de Cajamar, conforme condições estabelecidas no Edital.

Data de Disponibilização do Edital e Início do Prazo para Envio da Proposta Eletrônica: 21/04/2025 às 09h00.

Data do Fim do Prazo para Envio da Proposta Eletrônica: 14/04/2025 às 08h30.

Data e Hora de Abertura para Sessão Pública: 14/04/2025 às 09h00.

Todos os horários mencionados obedecerão ao horário oficial de Brasília - DF.

Endereço Eletrônico: www.bli.org.br

Edital disponível também em: www.cajamar.sp.gov.br

Cajamar, 27 de março de 2025
 Régia Lutz Lima de Souza
 Secretária Municipal de Educação

Veículo
Radar Litoral
Fala Caragua
Jornal do Litoral
Notícias das Praias



Prefeitura veta projeto de lei que altera nome da Guarda Civil para Polícia Municipal em Caraguatatuba

A Prefeitura de Caraguatatuba enviou à Câmara Municipal a mensagem de veto total ao Projeto de Lei nº 015/2025, que propunha a alteração da Lei Municipal nº 2.482/2019, responsável pela criação da Guarda Municipal. A proposta, de autoria do vereador presidente do Legislativo, Antonio Carlos da Silva Junior, visava mudar a denominação da corporação para Polícia Municipal..

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Radar Litoral
Diário Caiçara
Ubatuba Times



Caraguatatuba avança na renegociação de restos a pagar e antecipa salário dos servidores Com o objetivo de equilibrar as contas públicas e garantir a continuidade dos serviços essenciais

O governo municipal de Caraguatatuba promoveu um mutirão para renegociar uma dívida herdada de R\$ 73 milhões em restos a pagar. A iniciativa buscou organizar os compromissos financeiros com fornecedores e assegurar o equilíbrio financeiro das contas públicas.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cotidiano

Folha de São Paulo

ANS decide que planos devem rastrear câncer de mama em pacientes a partir dos 40 anos

Participação é voluntária, mas garante certificação de boas práticas

SÃO PAULO Em reunião com sociedades e entidades médicas, a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) decidiu que planos de saúde devem começar a rastrear câncer de mama em pacientes com idade a partir dos 40 anos para obterem certificado de boas práticas. A participação das operadoras é voluntária.

A proposta faz parte do Onco-rede (Programa de Certificação de Boas Práticas em Atenção On-

cológica), que busca compor o indicador de boas práticas no cuidado de câncer de mama.

Um dos critérios para a certificação de boas práticas em oncologia é o rastreamento populacional do câncer de mama realizado pelas operadoras de planos de saúde em beneficiárias com idades entre 50 e 69 anos. As entidades participantes, no entanto, pleitearam a inclusão de mulheres com idades a partir dos 40

anos e acima dos 70 no grupo a ser lembrado sobre a importância da realização de mamografia.

O novo indicador da linha de cuidado de câncer de mama afirma que a operadora que pactua com o programa e quer obter a certificação deve oferecer rastreamento individualizado de beneficiárias com idades entre 40 e 74 anos para o câncer de mama, conforme indicação médica.

As operadoras que desejarem

Iniciativa da agência não altera rol obrigatório

A proposta da Agência Nacional de Saúde Suplementar não alterou a cobertura obrigatória dos planos. Com indicação médica as operadoras são obrigadas a cobrir a mamografia bilateral, sem limite de idade. Já a mamografia digital tem cobertura obrigatória para mulheres entre 40 e 69 anos.

a certificação ainda devem manter o rastreamento preventivo de câncer de mama a cada dois anos para mulheres beneficiárias com idades entre 50 e 69 anos e oferecer, com indicação médica, rastreamento individualizado para mulheres com risco aumentado de qualquer idade para a doença.

De acordo com as regras da ANS, nenhuma operadora de plano de saúde poderá negar cobertura da mamografia mediante a solicitação médica.

Participaram da reunião entidades como CBR (Colégio Brasileiro de Radiologia), SBM (Sociedade Brasileira de Mastologia), Febrasgo (Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetria), Femama (Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama), SBOC (Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica), AMB (Associação Médica Brasileira) e o CFM (Conselho Federal de Medicina).

Folha de São Paulo

Cannabis: aval para farmácia de manipulação é sugerido

Anvisa põe em consulta pública a permissão para venda, desde que os produtos contenham só canabidiol (CBD)

.....
GABRIEL DAMASCENO

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) anunciou ontem uma consulta pública para revisar a regulamentação sobre a venda de produtos à base de cannabis no Brasil. Entre as propostas apresentadas estão novas regras para restrições de uso e permissão para que farmácias de manipulação fabriquem os próprios produtos e vendam itens industrializados, desde que contenham só canabidiol (CBD).

A proposta ficará aberta por 60 dias e qualquer pessoa poderá enviar suas sugestões. Atualmente, esses produtos são regulamentados pela RDC

327/2019, que define as regras para venda no varejo farmacêutico. A Anvisa entende que, mais de cinco anos após a publicação, precisam ser feitas melhorias para aprimorar a resolução.

.....
**Quem pode prescrever?
 A agência propõe que, além dos médicos, cirurgiões-dentistas passem a ser habilitados**

Um exemplo: a ideia é que produtos com mais de 0,2% de tetrahydrocannabinol (THC) – o composto psicoativo da planta – sejam permitidos exclusivamente para indivíduos com doenças graves debilitantes. A proposta contraindica os produtos para menores de 18 anos, gestantes, lactantes e pacientes com histórico de dependência. Idosos devem ter avaliação de risco-benefício.

A agência também propõe que, além dos médicos, cirur-

giões-dentistas passem a ser habilitados para prescrever os medicamentos. Outra mudança é a ampliação das vias de administração, englobando as opções oral (bucal e sublingual) e tópica (com aplicação na pele).

Formas injetáveis e produtos fumígenos estão vetados. No momento, os produtos estão disponíveis apenas por meio de gotas (oral) e sprays (inalatórios).

IMPORTAÇÃO. Um destaque do documento é a possibilidade de importação de extratos de cannabis, CBD e produtos industrializados a granel para fins de pesquisa científica, distribuição, desenvolvimento e fabricação de insumos farmacêuticos no Brasil. A distribuição, no entanto, será permitida para estabelecimentos com autorização especial específica, conforme as normativas vigentes. ●

Folha de São Paulo

Anvisa suspende venda de creme da Colgate após efeitos adversos

A Anvisa também determinou ontem a suspensão da venda da pasta de dente Colgate Clean Mint – uma nova versão da Colgate Total 12 – em todo o País, após relatos de efeitos adversos. A determinação foi publicada no *Diário Oficial da União*.

A ação tem base na Lei 6.360/1976. Ela estabelece que, em caso de risco à saúde, é possível suspender a comercialização ou distribuição até que se esclareçam as questões relacionadas à segurança do produto. A interdição tem prazo legal de 90 dias. Como ela ocorre de forma cautelar, há espaço para que a empresa Colgate-Palmolive recorra da decisão. Procurada pela reportagem para comentar a suspensão, a empresa não se manifestou até 17h.

O QUE OCORREU. De acordo com a Anvisa, entre 1.º de janeiro e 19 de março, foram registradas oito notificações envol-

vendo 13 casos de eventos adversos relacionados ao uso de cremes dentais da marca. Os principais sintomas relatados são: inchaço (amígdalas, lábios e mucosa oral), sensação de ardência, dormência nos lábios e na boca, gengiva irritada, boca seca e vermelhidão.

O produto, que começou a ser comercializado em julho, utiliza fluoreto de estanho, enquanto a versão anterior empregava fluoreto de sódio. Em nota ao **Estadão** no dia 21, a empresa afirmou que o fluoreto de estanho é seguro, eficaz e amplamente usado em cremes dentais ao redor do mundo. A Colgate disse também que “a nova fórmula é o resultado de mais de uma década de pesquisa e desenvolvimento e testes extensivos com consumidores, inclusive no Brasil”. Mas reconheceu que “minorias podem apresentar sensibilidade a determinados ingredientes – como corantes ou sabores”. ●

Veículo
Fala Caragua



Presidente do Fundo Social de Caraguatatuba visita Casa Beija-Flor no Jardim Gaivotas e Barranco Alto

A primeira-dama e presidente do Fundo Social, Dra. Talita Carneiro Veneziani da Silva, visitou, na tarde de quarta-feira (26), dois serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. Trata-se da Casa Beija-Flor, do Projeto Céu Azul, no bairro Jardim Gaivotas; e a Casa Beija-Flor, do Projeto Semeando Adolescer, no bairro Barranco Alto.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua

“Projeto Laços” orienta e divulga serviços de suporte à mulher em Caraguatatuba

Em comemoração ao mês do Dia Internacional da Mulher, o governo municipal realizou o “Projeto Laços” na Praça Dr. Cândido Mota e envolveu diversos setores municipais e parceiros, com o objetivo de proporcionar orientação e divulgar os serviços de apoio à mulher.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua
Notícias do Litoral Norte



Projeto Bombeiro na Escola forma alunos da EMEF Prof.º Euclides Ferreira

Cerca de 200 alunos dos 8º anos da EMEF Prof. Euclides Ferreira, no Perequê-Mirim, se formaram no Projeto Bombeiro na Escola, realizado em parceria com o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, na última quarta-feira (26).

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Caraguatatuba recebe prêmio de Excelência Educacional por avanços na alfabetização

Alinhar estratégias educacionais. Esse foi o objetivo da reunião de diretores da rede municipal de ensino realizada na sede da Secretaria de Educação de Caraguatatuba na quarta-feira (27). A secretaria de Educação prevê encontros mensais com os gestores para alinhar as ações, fortalecer os vínculos e comemorar avanços.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Conselho de Saneamento de Caraguatuba elege representantes nesta sexta-feira

A participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas é uma das formas de fortalecer a gestão democrática. Em Caraguatuba, o Conselho Municipal de Saneamento Básico é um dos espaços destinados a esse diálogo entre governo e população, com representantes da administração pública, entidades e usuários dos serviços.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Diário Caiçara



Secretaria de Serviços Públicos executa trabalhos de zeladoria em diversos bairros de Caraguatatuba

O Governo Municipal, por meio da Secretaria de Serviços Públicos, segue com o mutirão de limpeza de março nos bairros do Perequê-Mirim, Travessão, Barranco Alto, Porto Novo, Pontal Santamarina, Jardim Aruan, Indaiá, Jardim Itaúna, Jardim Jaqueira, Ponte Seca, Centro, Cidade Jardim, Jardim Terralão, Jetuba, Massaguaçu e Cocanha, em Caraguatatuba.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Esporte e Turismo

Veículo
Radar Litoral
Fala Caragua
Notícias do Litoral Norte



Caraguatatuba abre inscrições para torneio 'Aniversário da Cidade' e Campeonato Amador de Futebol

A Prefeitura de Caraguatatuba anunciou a abertura das inscrições para o Torneio Aniversário da Cidade e Campeonato Amador de futebol de campo 1ª, 2ª e 3ª divisão. A retirada de ficha de inscrição está disponível a partir desta sexta-feira (28) até o dia 15 de abril no Centro Esportivo Municipal Ubaldo Gonçalves (Cemug).

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Caraguatatuba recebe 40ª edição dos Jogos Abertos da Juventude sub-18

O município de Caraguatatuba será sede, a partir desta sexta-feira (28), da 40ª edição dos Jogos Abertos da Juventude sub-18. O evento é promovido pela Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo, com apoio do governo municipal de Caraguatatuba, por meio da Secretaria de Esportes e Recreação.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Clipping Eletrônico

19.02.2025

Entrevista com a Proponente de Projeto PNAB, para a TV Câmara

Pauta: Festival Muvuka, para valorização da cultura afro e indígena, abre inscrições.



Assista a reportagem completa [aqui](#).